

# PERIFERIAS



*As eleições aos governos estaduais e presidencial de 2018 tiveram um componente presente de modo perene durante todo o processo: a temática da segurança pública. Pudera, a forte demanda social se estabeleceu não somente por uma sensação de insegurança, mas das vivências cotidianas da população no contexto da violência urbana.*

Foto: Paulo Pinto

## Bolsonaro e a violência como política pública

Cada vez com maior frequência e qualidade, temos visto a disponibilização de dados sobre violência seja produzidos por órgãos públicos, seja por entidades e instituições de direitos humanos. Os indicadores sociais apresentados sobre violência, se não comprovam, nos dão a dimensão e a compreensão para tamanha demanda diante dessa problemática.

A candidatura de Jair Bolsonaro se autodenominava a que mais dava importância e respostas para a violência endêmica do país. Contudo, o debate por parte deste setor apresentou-se com “soluções” baseadas em uma agenda que colocava a violência como política pública. Isso se comprova não apenas com declarações públicas do, agora, presidente, mas com uma série de propostas já apresentadas no primeiro trimestre de governo, como por exemplo: a flexibilização do Estatuto do Desarmamento; o pacote “anticrime”, que apresenta uma série de mudanças nas leis penais, como a excludente de ilicitude sendo a mais gritante delas; e a maior presença de um discurso truculento sob uma suposta veste de ordem.

Esta reflexão se estabelece nos questionamentos

sobre se o conjunto das falas do presidente Jair Bolsonaro tem exercido influência sobre os agentes de segurança pública e privada – sabendo-se que muitas vezes são os mesmos agentes – no sentido de encorajá-los a cometer abusos de violência, inclusive para matar.

As periferias, movimentos sociais negros e feministas constroem historicamente lutas e formulações acerca da violência brasileira e, notadamente, no último período, com mais vigor no que se conhece como políticas de segurança pública. Neste sentido, esta é uma agenda premente e emergente entre os ativismos periféricos.

Uma das pesquisas do projeto Reconexão Periferias se realiza no âmbito da consultoria de Cultura, o “Mapeamento de Movimentos e Coletivos de Periferias”. Em um diagnóstico preliminar, constatou-se que os coletivos se declaram organizados do seguinte modo: 48,44% na área de cultura; 28,52% na área de trabalho; e 23,05% na área de violência. Um dado interessante é o de que, nas áreas de trabalho e violência, há uma inversão de gênero entre os respondentes do questionário,

sendo 53,25% de mulheres ante 46,75% de homens, na área de trabalho; e 65,75% de mulheres ante 28,77% na área de violência. Contudo, é possível observar que, em muitas ocasiões, a agenda de violência está subentendida pelos agenciamentos sob a cultura e o trabalho. E 60% dos coletivos apresentaram que sentem maior cerceamento em relação ao machismo; 55% em relação ao racismo; 45% em relação a LGBTfobia; e 40% em relação a repressão policial.

As categorias foram destrinchadas pelo entendimento da diversidade das pautas que mobilizam esses ativismos. Mas não é preciso ir muito longe para perceber que todas elas passam pela agenda das violências, sejam simbólicas ou físicas. Neste sentido, debater enfrentamentos às violências, desembocando em uma agenda de políticas de segurança pública, aparece como traço importante nas mobilizações periféricas.

Conforme revelam dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados pelo portal G1, os homicídios sofreram queda nos últimos quinze meses em pelo menos vinte estados e no Distrito Federal. O estado que apresentou melhor resultado foi o Ceará, com uma queda de 56% - foram 545 mortes, no primeiro trimestre de 2019, ante 1267, no mesmo período em 2018. Contrariamente ao cenário nacional, que já vinha apresentando quedas desde 2017, as mortes cometidas por agentes do estado aumentaram.

Em outras duas pesquisas realizadas no âmbito do projeto Reconexão Periferias, que serão lançadas em breve, “Desigualdade de raça na vitimização de jovens por homicídios e feminicídios no Brasil” e “Chacinas e politização das mortes no Brasil”, há o apontamento de que estes dados são difíceis de coletar, seja pelas limitações e dificuldades para obter indicadores da morte por homicídio e feminicídio, seja pela ausência de um Sistema Nacional de Registros Policiais, que disponibilizem, pelos critérios da transparência e interesse públicos, informações coletadas; como também pela prática da inexistência de inquérito sobre tais ocorrências, sendo atividades que ocorrem às margens da lei e efetuadas por agentes da lei.

No Ceará, estado supracitado, em janeiro de 2019 a

polícia matou uma pessoa a cada dois dias. No estado de São Paulo, segundo balanço preliminar divulgado pela ouvidoria das polícias, o aumento das mortes decorrentes de confronto com policiais foi de 5% no comparativo entre os primeiros trimestres de 2018 e 2019. Contudo, quando analisa-se apenas o mês de março, o aumento foi de 50% no comparativo entre 2018 e 2019.

No Rio de Janeiro, o aumento é contínuo e intenso. A polícia matou 305 pessoas em janeiro e fevereiro de 2019, alcançado a maior marca histórica desde 1998. Em dois anos, houve um aumento de 67% nas pessoas mortas por policiais no estado.

A situação não se limita a alguns estados. Segundo o projeto Monitor da Violência - parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Portal G1 - em cinco anos, de 2014 a 2018, houve um aumento de 100% de pessoas mortas por policiais. Foram 6.160 pessoas mortas por policiais em 2018, 17 por dia. Isso não significa dizer que policiais também não sejam atingidos e mortos em confrontos. Foram 307 em 2018, sendo a maioria, 232, fora do horário de serviço. Contudo, neste mesmo ano, apresentou-se queda de 18% das mortes de policiais.

O que os dados mostram é que um discurso impulsionador da violência tem impactos diretos na ação de agentes do Estado nos territórios. A violência como saída política e incentivada institucionalmente vem sob um discurso permeado por ações diretas que potencializam e aprofundam a já conhecida guerra às drogas.

Esta narrativa toma corpo com o pacote de leis apresentado pelo ministro Sérgio Moro, o chamado pacote “anticrime”, que prevê alterações e endurecimento do código penal em uma falaciosa tentativa de combater crimes violentos e o crime organizado. É o Estado institucionalizando o discurso da violência e, como aponta a cientista social Jacqueline Muniz (1), sendo o “administrador de uma política de morte”.

Policiais, então, sentem-se de fato em uma guerra na qual morre quem não matar primeiro. E esta ação não está descolada, de modo algum, de uma economia que gera lucro ao capital especulativo, a indústria das armas, bem como a toda uma cadeia

que se alimenta e lucra com a mau funcionamento do sistema penitenciário. E, da lógica subjacente, e norteadora ideológica deste projeto, que é do aprofundamento da militarização de territórios periféricos e da política de extermínio.

A proposta de mudança do artigo 23 do Código Penal é a que chama mais atenção, o excludente de ilicitude. Segundo a proposta, o direito a legítima defesa passará a ser o direito de matar. Além das mudanças propostas para crimes de resistência, etc. Ao estabelecer que um policial pode argumentar a legítima defesa por “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, fica impossível não se perguntar: quem provoca medo na sociedade? Quais são os inimigos que merecem tratamento punitivo

no Estado penal? Se, como afirma, Loïc Wacquant (2), o Estado penal não existe para combater a criminalidade, o que se observa é um acirramento de uma política penal atuante na categorização por hierarquias e controle.

Por fim, fica evidente, pelos dados e pelo discurso, que haverá grandes turbulências. O discurso da violência como solução final não necessariamente terá resultados inversos, já que o que se intenta é, sim, acirrar uma política de morte, visando lucro de determinados setores. É preciso prestar atenção à disputa narrativa, de sentido de história e de verdade que se apresenta porque suas consequências podem ser devastadoras.

### Citações:

1. Jacqueline Muniz em entrevista para a Ponte Jornalismo: <https://ponte.org/com-witzel-e-volta-de-bravatas-policia-e-responsavel-por-1-a-cada-3-mortes-no-rj/>
2. Loïc Wacquant. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan: 2007